UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO UNIDADE AVANÇADA DE ITINGA DO MARANHÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

BRUNA NICOLE DE SOUZA SANTOS

ALÉM DAS QUATRO PAREDES: Consequências da carência de infraestrutura básica para o bem-estar e permanência escolar nos anos iniciais - Uma abordagem bibliográfica

ITINGA DO MARANHÃO
2026

BRUNA NICOLE DE SOUZA SANTOS

ALÉM DAS QUATRO PAREDES: Consequências da carência de infraestrutura básica para o bem-estar e permanência escolar nos anos iniciais - Uma abordagem bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, Unidade avançada de Itinga do Maranhão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Ma. Polyana dos Santos Sousa

ITINGA DO MARANHÃO
2026

S237a

Santos, Bruna Nicole de Souza

Além das quatro paredes: consequências da carência de infraestrutura básica para o bem-estar e permanência escolar nos anos iniciais - uma abordagem bibliográfica. / Bruna Nicole de Souza Santos. – Itinga do Maranhão, MA, 2026.

32 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Infraestrutura escolar. 2. Anos iniciais. 3. Políticas públicas educacionais. I. Título.

CDU 37

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Clemilda Izaias Santos CRB – 13/626**

BRUNA NICOLE DE SOUZA SANTOS

ALÉM DAS QUATRO PAREDES: Consequências da carência de infraestrutura básica para o bem-estar e permanência escolar nos anos iniciais - Uma abordagem bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, Unidade avançada de Itinga o Maranhão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Ma. Polyana dos Santos Sousa

APROVADO/A EM: 08__/06__/2026_

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br POLYANA DOS SANTOS SOUSA
Data: 10/06/2026 17:56:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF.MA.POLYANA DOS SANTOS SOUSA

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE LUIS DOS SANTOS SOUSA
Data: 11/06/2026 09:22:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF.DR.JOSÉ LUIS SANTOS

Documento assinado digitalmente
gov.br SERGIO NAZARENO ALVES PINHEIRO
Data: 11/06/2026 11:05:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF.ESP. SÉRGIO NAZARENO ALVES PINHEIRO

“Dedico este trabalho aos meus filhos, que são minha maior inspiração e razão de seguir em frente. Foi por eles e para eles que encontrei forças nos momentos mais difíceis. Cada conquista minha carrega um pouco do amor que sinto por vocês. Que este seja um exemplo de persistência, coragem e sonhos realizados. Com todo meu amor, essa vitória também é de vocês”.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata, primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para chegar até aqui; sem a sua presença em minha vida, nada disso seria possível. Aos meus filhos, Rhavi Lucas e Noemi, minha maior motivação: vocês são a razão de cada esforço e conquista; obrigada por me ensinarem diariamente o verdadeiro significado do amor. Ao meu marido, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sendo meu apoio, incentivo e abrigo: seu companheirismo foi essencial nessa caminhada.

À minha sogra, minha profunda gratidão por todo cuidado e dedicação com meus filhos, permitindo que eu pudesse estudar com tranquilidade; seu gesto foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

À minha família, que nunca deixou de acreditar em mim, agradeço por todo apoio, carinho e orações; vocês foram minha base em todos os momentos.

À minha professora orientadora, Polyana, pela paciência, dedicação e cuidado ao longo deste processo: seu apoio e orientação fizeram toda a diferença na construção deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam comigo esses quatro anos de aprendizado, desafios e conquistas: levarei comigo cada momento vivido ao lado de vocês.

Foram dias de luta, mas também de muitas alegrias e crescimento; cada dificuldade enfrentada fortaleceu ainda mais minha caminhada. Hoje, olho para trás com orgulho de tudo que vivi e sigo em frente com o coração cheio de gratidão. Essa conquista não é só minha, é de todos que estiveram ao meu lado.

Muito obrigada por fazerem parte dessa história tão especial.

RESUMO

O presente artigo analisa as consequências da carência de infraestrutura básica para o bem-estar e a permanência escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando sua influência no processo de aprendizagem. Parte-se do pressuposto de que a efetivação dos direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular depende de condições materiais adequadas nas instituições escolares. O estudo tem como objetivo geral analisar de que forma a ausência ou insuficiência de recursos pedagógicos, decorrente da precariedade da infraestrutura escolar, impacta o desenvolvimento pedagógico dos estudantes. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica, fundamentada nas contribuições teóricas de Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Maria Cecilia, dentre outros, além da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os resultados apontam que a precariedade infraestrutural compromete o uso de recursos lúdicos, limita práticas pedagógicas diversificadas e interfere na permanência e no desempenho escolar, especialmente na fase de consolidação da alfabetização. Conclui-se que a garantia de infraestrutura adequada constitui condição indispensável para a efetivação da qualidade educacional e para o cumprimento das diretrizes curriculares nacionais.

Palavras-chave: Infraestrutura escolar; Anos iniciais; Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

This article analyzes the consequences of a lack of basic infrastructure for well-being and school retention in the early years of elementary education, considering its influence on the learning process. It is based on the premise that the realization of learning rights foreseen in the National Common Curriculum Base depends on adequate material conditions in schools. The study's general objective is to analyze how the absence or insufficiency of pedagogical resources, resulting from precarious school infrastructure, impacts the pedagogical development of students. Methodologically, this is bibliographic research, with a qualitative approach, carried out through a literature review, based on the theoretical contributions of Dermeval Saviani and José Carlos Libâneo, Maria Cecilia Minayo, as well as the analysis of the Law of Guidelines and Bases of National Education and data from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira. The results indicate that inadequate infrastructure compromises the use of play-based resources, limits diverse pedagogical practices, and interferes with school attendance and performance, especially during the literacy consolidation phase. It is concluded that guaranteeing adequate infrastructure is an indispensable condition for achieving quality education and fulfilling national curriculum guidelines.

Keywords: School infrastructure; Early years and educational public policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9
2 METODOLOGIA. 11
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 13
3.1 Infraestrutura escolar: fundamentos conceituais e bases legais 13
3.2 Infraestrutura escolar nas escolas públicas dos anos iniciais: evidências e diagnóstico. 15
3.3 Precariedade da infraestrutura e suas consequências no ensino aprendizagem 17
3.4 A interdependência entre a infraestrutura escolar, os recursos lúdicos, os recursos públicos e os processos pedagógicos no desenvolvimento da aprendizagem..... 20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO. 24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 26
REFERÊNCIAS.....27

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica no Brasil constitui um alicerce fundamental para o desenvolvimento social e econômico da nação, conforme preconizado nos marcos legais e em acordos internacionais. No entanto, persistem desafios históricos que comprometem a garantia de um ensino de qualidade para todos, dentre os quais se destacam as desigualdades na infraestrutura escolar e a alocação ineficiente de recursos públicos.

Sob essa ótica, a qualidade da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental está diretamente relacionada às condições objetivas de funcionamento das escolas. Embora o acesso à escolarização tenha se ampliado significativamente no país, ainda persistem problemas estruturais que afetam o bem-estar e a permanência dos estudantes, especialmente no que diz respeito à infraestrutura física e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados.

A garantia de padrões mínimos de qualidade está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, bem como no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 15.388/2026, que estabelece metas voltadas à melhoria dos ambientes de aprendizagem. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define direitos de aprendizagem que pressupõem condições adequadas para sua efetivação no contexto escolar.

Contudo, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que uma parcela significativa das escolas públicas brasileiras ainda apresenta limitações estruturais relevantes. Nesse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a ausência ou insuficiência de recursos pedagógicos, decorrente da precariedade da infraestrutura escolar, influencia o processo de aprendizagem dos alunos dos anos iniciais, partindo do pressuposto de que o ambiente escolar constitui elemento essencial para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e para a consolidação das aprendizagens básicas?

Diante disso, a relevância deste estudo reside na necessidade de compreender a infraestrutura escolar como uma dimensão constitutiva da qualidade educacional. Conforme argumenta Saviani (2008), a escola deve garantir condições materiais que viabilizem a socialização do conhecimento sistematizado. De modo convergente, Libâneo (2013) destaca que o processo de ensino-aprendizagem depende da articulação entre fundamentos pedagógicos e condições concretas de funcionamento da instituição escolar. Assim, discutir infraestrutura é discutir a efetivação do direito à aprendizagem.

O objetivo geral deste trabalho é analisar de que forma a ausência ou insuficiência de recursos pedagógicos, decorrente da precariedade da infraestrutura escolar, influencia o processo de aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como objetivos

específicos, busca-se: mapear, na literatura acadêmica recente, evidências sobre o estado da infraestrutura física nas escolas públicas brasileiras; analisar as principais consequências da precariedade infraestrutural no processo de ensino-aprendizagem; e avaliar a influência da infraestrutura e dos investimentos públicos na disponibilidade de recursos pedagógicos e lúdicos.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos da área educacional, especialmente nas contribuições de Saviani (2008) e Libâneo (2013), além da análise de documentos normativos e dados oficiais.

Por fim, o artigo está organizado em quatro seções principais: a fundamentação teórica, que discute os conceitos e implicações da infraestrutura escolar; a metodologia; a análise e discussão dos dados à luz do referencial adotado e, por fim, as considerações finais, nas quais são retomados os objetivos e apresentadas reflexões acerca das implications educacionais da temática.

2 METODOLOGIA

A realização deste estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A escolha por essa abordagem justifica-se por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos, como as implicações da infraestrutura escolar no processo educativo, considerando seus significados, contextos e relações.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, values, crenças e atitudes, permitindo interpretar aspectos da realidade que não podem ser reduzidos à quantificação. Nesse sentido, essa abordagem mostra-se adequada para analisar as condições estruturais da educação e seus impactos no bem-estar e na permanência escolar.

A pesquisa também se caracteriza como bibliográfica, uma vez que se fundamenta em materiais já elaborados, como livros, artigos científicos e documentos oficiais. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi produzido sobre determinado assunto, possibilitando análise crítica e ampliação do conhecimento.

No campo educacional, a análise teórica apoia-se nas contribuições de Libâneo (2013), que enfatiza a necessidade de articulação entre os fundamentos pedagógicos e as condições concretas da prática escolar. Ademais, o estudo dialoga com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), que compreende a escola como espaço de socialização do saber sistematizado, ressaltando a importância das condições materiais para a efetivação do processo educativo.

No que se refere aos documentos normativos, foram analisadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2018), as quais estabelecem, respectivamente, os padrões mínimos de qualidade do ensino e os direitos de aprendizagem, ambos condicionados à existência de infraestrutura adequada. Esses documentos foram utilizados como base para compreender o conceito legal de qualidade educacional e a garantia da permanência escolar.

Para o levantamento de evidências sobre o estado da infraestrutura nas escolas públicas dos anos iniciais, foram consultados relatórios e dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especialmente os resultados do Censo Escolar da Educação Básica, que apresentam indicadores sobre condições físicas, equipamentos e recursos disponíveis nas instituições de ensino.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas, como SciELO, Google Acadêmico e periódicos da área da Educação, utilizando descritores como: “infraestrutura escolar”, “anos iniciais do ensino fundamental”, “qualidade da educação”, “permanência escolar” e “políticas públicas educacionais”.

A análise da relação entre infraestrutura e práticas pedagógicas pode ser compreendida à luz da perspectiva metodológica proposta por Maria Cecília de Souza Minayo, que enfatiza a necessidade de considerar os contextos sociais e institucionais na interpretação dos fenômenos educacionais. Conforme Minayo (2001), “a análise qualitativa busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando o contexto em que são produzidos”. Dessa forma, as condições institucionais, estruturais e históricas influenciam diretamente as práticas sociais e educativas, sendo necessário interpretá-las de maneira articulada com os processos sociais mais amplos que determinam essas realidades.

Por fim, análise dos dados ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, conforme orientam Lakatos e Marconi (2017), buscando identificar convergências teóricas e evidências empíricas relacionadas ao estado da infraestrutura nas escolas públicas, às consequências da precariedade infraestrutural no processo de ensino-aprendizagem, e à relação entre investimentos públicos, recursos pedagógicos e desenvolvimento educacional.

.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Infraestrutura escolar: fundamentos conceituais e bases legais

A infraestrutura escolar constitui elemento estruturante do processo educativo, indo além da materialidade física do prédio. Trata-se do conjunto de condições objetivas que sustentam a prática pedagógica, incluindo salas adequadas, iluminação, ventilação, sanitários, biblioteca, espaços de convivência, acessibilidade, equipamentos pedagógicos e recursos didáticos. Nesse sentido, a infraestrutura não é um elemento acessório, mas parte integrante da qualidade da educação.

De acordo com Saviani (2008), a educação escolar tem como função social a socialização do saber sistematizado, sendo imprescindível que a instituição disponha de condições materiais que possibilitem a efetivação desse processo. Para o autor, a ausência de infraestrutura adequada compromete não apenas o ensino, mas também o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Nessa mesma perspectiva, Libâneo (2013) destaca que a qualidade do ensino está intrinsecamente ligada às condições concretas em que se realiza a prática pedagógica. Segundo o autor, fatores como salas de aula adequadas, acesso a recursos didáticos, bibliotecas, espaços de convivência e equipamentos tecnológicos são fundamentais para o desenvolvimento de práticas educativas eficazes e significativas.

Sob essa ótica, a infraestrutura escolar pode ser compreendida como o conjunto de condições físicas, materiais e organizacionais que sustentam o funcionamento da escola, incluindo instalações prediais, mobiliário, equipamentos pedagógicos, acesso à água potável, saneamento básico, energia elétrica e tecnologias educacionais. Conforme argumenta Paro (2010), a escola pública deve ser estruturada de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos alunos, o que implica investimentos adequados em infraestrutura e recursos pedagógicos.

No campo das políticas públicas, a garantia de infraestrutura escolar adequada encontra respaldo em diversos dispositivos legais. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 206, que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Tal princípio evidencia que não basta assegurar a matrícula, sendo necessário oferecer condições estruturais que favoreçam a continuidade dos estudos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) reforça essa perspectiva ao determinar, em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar

pública será efetivado mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade, definidos como a variedade e quantidade mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Esses insumos incluem, entre outros aspectos, a infraestrutura física adequada das unidades escolares.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 15.388/2026) estabelece metas e estratégias voltadas à melhoria da qualidade da educação, incluindo a ampliação e qualificação da infraestrutura das escolas públicas. O PNE reconhece que as desigualdades estruturais entre as instituições de ensino constituem um dos principais entraves para a efetivação do direito à educação no país.

Outro documento fundamental nesse contexto é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica. Embora a BNCC não trate diretamente da infraestrutura, ela pressupõe a existência de condições adequadas para que as competências e habilidades previstas sejam efetivamente desenvolvidas no ambiente escolar.

Ademais, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) evidenciam que muitas escolas públicas brasileiras ainda enfrentam carências significativas em relação à infraestrutura básica, como ausência de bibliotecas, laboratórios, acesso à internet e condições adequadas de saneamento. Tais limitações impactam diretamente a qualidade do ensino e reforçam as desigualdades educacionais existentes no país.

Dessa forma, compreender a infraestrutura escolar como um componente essencial da qualidade educacional implica reconhecer que o processo de ensino-aprendizagem não ocorre de maneira isolada, mas está profundamente condicionado pelas condições materiais e institucionais da escola. Assim, a ausência ou precariedade desses elementos compromete não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também seu bem-estar, motivação e permanência no ambiente escolar.

Na perspectiva histórico-crítica de Dermeval Saviani, a escola é uma instituição social responsável pela socialização do saber sistematizado. Para que essa função se realize, é necessário que existam condições materiais concretas. O autor afirma que “a escola existe para transmitir o saber elaborado” (Saviani, 2008), o que implica reconhecer que a ausência de condições estruturais compromete a própria finalidade social da instituição.

A Base Nacional Comum Curricular, ao definir competências gerais e direitos de aprendizagem, pressupõe ambientes que favoreçam a interação, a experimentação, a ludicidade e as práticas colaborativas. Assim, embora a BNCC trate prioritariamente do currículo, sua efetivação depende de condições infraestruturais adequadas.

Portanto, conceitual e legalmente, a infraestrutura escolar está intrinsecamente ligada ao direito à aprendizagem e à garantia de permanência com qualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.2 Infraestrutura escolar nas escolas públicas dos anos iniciais: evidências e diagnóstico

Ao pesquisar dados recentes, observa-se que a realidade das escolas públicas brasileiras apresenta desigualdades significativas. Segundo levantamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), parte expressiva das escolas dos anos iniciais ainda enfrenta ausência ou precariedade de bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas cobertas, acesso à internet de qualidade e espaços adequados de recreação.

Essas evidências dialogam com o primeiro objetivo específico deste estudo: mapear, a partir da literatura acadêmica recente, o estado da infraestrutura física nas escolas públicas. Pesquisas apontam que a precariedade é mais acentuada em regiões periféricas e rurais, revelando que a desigualdade social se materializa também no espaço escolar.

Para José Carlos Libâneo (2013), a qualidade da educação envolve as condições objetivas de funcionamento da escola. O autor destaca que não se pode exigir resultados pedagógicos consistentes sem assegurar condições estruturais adequadas ao trabalho docente e à aprendizagem discente. Na mesma direção, Saviani (2012) argumenta que a precarização das condições materiais está relacionada à histórica desvalorização da educação pública. Assim, a infraestrutura deficiente não é um problema isolado, mas a expressão de um contexto estrutural mais amplo.

Dessa forma, os dados evidenciam que, embora haja avanços nas políticas educacionais, ainda persistem lacunas significativas na garantia de ambientes escolares plenamente adequados ao desenvolvimento integral das crianças nos anos iniciais. De acordo com Soares (2009), a infraestrutura, os recursos pedagógicos e o ambiente institucional são fatores determinantes que influenciam diretamente o desempenho e o sucesso dos estudantes. Nessa perspectiva, a precariedade das instalações compromete o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo nos anos iniciais, fase fundamental para a consolidação das habilidades básicas.

Estudos realizados por Oliveira e Araújo (2005) apontam que a desigualdade educacional no Brasil está fortemente associada às condições estruturais das escolas, evidenciando que instituições com melhor infraestrutura tendem a apresentar melhores resultados acadêmicos. Essa constatação reforça a importância de investimentos públicos na melhoria dos espaços escolares como forma de garantir equidade no acesso ao ensino de qualidade.

Além disso, a pesquisa de Franco et al. (2007) destaca que fatores intraescolares,

incluindo a infraestrutura, a organização pedagógica e o clima escolar, exercem influência significativa no rendimento dos alunos. Os autores evidenciam que escolas com acesso a bibliotecas, laboratórios, materiais didáticos e espaços adequados de aprendizagem apresentam melhores indicadores educacionais, demonstrando a relação direta entre condições estruturais e a consolidação do saber.

No âmbito dos dados empíricos, relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que uma parcela expressiva das escolas públicas brasileiras ainda carece de infraestrutura básica adequada. Problemas como ausência de saneamento, falta de acesso à internet, inexistência de bibliotecas e precariedade das instalações físicas são recorrentes, especialmente em regiões mais vulneráveis do país.

Segundo dados analisados por Alves e Soares (2013), as desigualdades regionais no Brasil refletem-se diretamente na infraestrutura escolar, sendo mais acentuadas nas regiões Norte e Nordeste. Essa disparidade compromete a equidade educacional e evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes na distribuição de recursos.

Ademais, Crahay (2002) argumenta que a qualidade da escola está vinculada às condições de oferta do ensino, sendo a infraestrutura um elemento indispensável para garantir oportunidades de aprendizagem equitativas. Para o autor, a ausência de condições adequadas reforça os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional.

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto do ambiente no bem-estar dos estudantes. Conforme aponta Dourado (2007), instalações inadequadas podem gerar desmotivação, evasão e dificuldades no processo de aprendizagem, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também a permanência dos alunos na instituição.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o diagnóstico da infraestrutura escolar nos anos iniciais revela desafios estruturais que exigem intervenções sistemáticas por parte do poder público. Assim, a melhoria das condições físicas e dos recursos pedagógicos das escolas configura-se como elemento essencial para a promoção da qualidade da educação e para a garantia do direito à aprendizagem.

A literatura educacional é consistente ao demonstrar que a precariedade física impacta diretamente o cotidiano escolar: ambientes mal iluminados, quentes, ruidosos ou inseguros interferem na concentração, na motivação e no rendimento dos estudantes.

Libâneo (2013) enfatiza que o processo pedagógico depende da articulação entre organização do espaço, planejamento didático e mediação docente. Quando o espaço físico é inadequado, há limitação das metodologias ativas, das práticas colaborativas e do uso de recursos pedagógicos diversificados. Sob a ótica de Saviani (2008), a escola precisa garantir

condições objetivas para que o aluno se aproprie do conhecimento historicamente produzido. A precariedade estrutural compromete essa mediação, dificultando a efetivação do ensino sistematizado.

Por fim, estudos indicam que ambientes escolares degradados podem influenciar negativamente a autoestima dos estudantes e sua percepção de pertencimento. Isso afeta diretamente a permanência escolar, especialmente nos anos iniciais, etapa fundamental para a consolidação da alfabetização e do letramento. Portanto, a precariedade da infraestrutura não compromete apenas o conforto físico, mas atinge o núcleo do desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

3.3 Precariedade da infraestrutura e suas consequências no ensino aprendizagem

A precariedade da infraestrutura escolar configura-se como um fator determinante para a fragilização do processo de ensino-aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa essencial para a consolidação das habilidades básicas de leitura, escrita e raciocínio lógico.

A ausência de condições físicas adequadas, como salas de aula ventiladas, mobiliário apropriado, acesso à água potável, saneamento básico e recursos pedagógicos, compromete diretamente a qualidade das práticas educativas. Nesse contexto, o ambiente escolar deixa de cumprir plenamente sua função de espaço propício à aprendizagem, impactando negativamente a concentração, o desempenho e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes (Libâneo, 2013; Soares, 2009).

Além dos prejuízos no desempenho acadêmico, a precariedade da infraestrutura também afeta o bem-estar e a permanência dos alunos na escola, podendo contribuir para a desmotivação, as faltas frequentes e, em casos mais graves, a evasão escolar. Ambientes inadequados, inseguros ou pouco estimulantes dificultam a construção de vínculos positivos com a escola e reduzem o engajamento dos estudantes nas atividades pedagógicas.

Conforme destaca Dourado (2007), as condições materiais das instituições de ensino estão diretamente relacionadas à qualidade da educação ofertada, sendo indispensáveis para a promoção de equidade e garantia do direito à aprendizagem. Dessa forma, a superação das limitações infraestruturais torna-se um desafio central para o fortalecimento da educação pública e para a efetivação de políticas educacionais inclusivas.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o lúdico ocupa papel central no processo de aprendizagem. A BNCC reforça a importância de práticas que integrem brincadeiras, jogos, experiências corporais e interação social. Contudo, tais práticas exigem espaços adequados,

materiais pedagógicos e ambientes organizados.

A influência da infraestrutura na disponibilidade de recursos lúdicos é direta: escolas com melhores investimentos tendem a oferecer brinquedotecas, espaços de leitura, materiais pedagógicos diversificados e áreas externas apropriadas. Já em contextos de escassez estrutural, o trabalho pedagógico fica restrito ao uso de recursos mínimos, limitando experiências formativas.

Nesse cenário, os investimentos públicos assumem papel determinante. A LDB estabelece a responsabilidade do Estado na garantia de padrões mínimos de qualidade. Entretanto, a efetividade dessa garantia depende da implementação de políticas educacionais consistentes e da adequada aplicação de recursos. Saviani (2008), ressalta que a democratização da educação exige não apenas acesso, mas condições reais de permanência e aprendizagem. Assim, a infraestrutura escolar deve ser compreendida como parte das políticas de equidade.

Dessa forma a qualidade das condições físicas das escolas públicas brasileiras está diretamente relacionada às políticas de financiamento educacional e à forma como os recursos são distribuídos entre União, Estados e Municípios. O investimento em infraestrutura escolar envolve a construção, ampliação, manutenção e equipagem das unidades escolares, além da aquisição de materiais pedagógicos e recursos lúdicos que contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que a educação básica brasileira reúne cerca de 46 milhões de matrículas distribuídas em aproximadamente 178,8 mil escolas, sendo a maior parte delas pertencente à rede pública municipal. Essa dimensão do sistema educacional evidencia a complexidade da gestão dos investimentos necessários para garantir infraestrutura adequada em todas as unidades escolares.

No que se refere especificamente aos investimentos voltados à melhoria das condições estruturais e tecnológicas das escolas, políticas educacionais recentes têm destinado recursos significativos para ampliar a infraestrutura educacional. Segundo o MEC e INEP, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas prevê investimentos de aproximadamente R$ 3 bilhões entre 2023 e 2025 destinados à melhoria da conectividade e ao acesso à internet nas escolas públicas brasileiras. Como resultado dessa política, o percentual de escolas com acesso à internet passou de 82,8% em 2021 para 94,5% em 2025, ampliando as possibilidades de utilização de tecnologias digitais no ensino (Brasil,2023;2024).

Ainda de acordo com INEP, os programas federais de expansão da infraestrutura educacional também incluem a construção de novas unidades escolares e ampliação de vagas.

Dados recentes apontam que investimentos de R$ 7,37 bilhões foram destinados à construção de 1.670 novas creches e pré-escolas, ampliando a oferta de espaços educacionais adequados e contribuindo para a melhoria das condições estruturais do sistema educacional brasileiro (Brasil, 2025).

Entretanto, apesar dos investimentos realizados, ainda persistem desigualdades significativas na infraestrutura das escolas públicas. Levantamentos baseados no Censo Escolar apontam que parte das unidades educacionais ainda enfrenta limitações estruturais importantes. Entre os problemas identificados, destacam-se escolas que ainda não possuem infraestrutura básica adequada, como abastecimento regular de água, sistema de esgoto ou equipamentos pedagógicos essenciais. Em alguns levantamentos, por exemplo, foram identificadas mais de 4 mil escolas sem banheiros adequados, cerca de 35 mil sem rede de esgoto e mais de 8 mil sem acesso à água potável, evidenciando desafios estruturais persistentes no sistema educacional brasileiro (INEP, 2022; todos pela Educação, 2021).

Essas limitações impactam diretamente a disponibilidade de recursos pedagógicos e lúdicos nas escolas, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A ausência de bibliotecas, salas de leitura, espaços recreativos ou materiais didáticos diversificados restringe o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais interativas e significativas, dificultando a implementação de metodologias que valorizem o brincar, a experimentação e a construção ativa do conhecimento. Nesse sentido, a infraestrutura escolar deve ser compreendida como parte essencial das políticas públicas educacionais, pois sua ausência ou precariedade compromete não apenas o ambiente físico da escola, mas também as condições de aprendizagem dos estudantes.

Como forma de enfrentamento dessas limitações, destaca-se a implementação de políticas públicas específicas, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Cantinho da Leitura, instituído no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. De acordo com a Resolução CD/FNDE/MEC nº 22, de 24 de outubro de 2023, o programa tem como objetivo viabilizar a criação de espaços de incentivo à leitura nas salas de aula, adequados à faixa etária, ao contexto sociocultural e às especificidades dos estudantes, promovendo o acesso a materiais pedagógicos e recursos lúdicos essenciais ao processo de alfabetização.

Nesse contexto, os recursos financeiros são transferidos diretamente às escolas, seguindo os moldes operacionais do PDDE, contemplando unidades que atendem estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com prioridade para os anos iniciais. A distribuição

desses recursos prevê a aplicação de 70% em despesas de custeio, como adequação e ambientação dos espaços, e 30% em despesas de capital, como aquisição de mobiliário e materiais permanentes, com valor médio de aproximadamente R$ 1.235,00 por sala de aula (Brasil,2023). Essa iniciativa evidencia a relação direta entre investimento público e melhoria das condições de ensino, ao possibilitar a organização de ambientes mais acolhedores e estimulantes para a leitura.

Além disso, o programa orienta estratégias pedagógicas e estruturais que permitem a adaptação de espaços escolares, mesmo em contextos de limitação física, por meio do uso de materiais acessíveis, móveis modulares e organização flexível do ambiente. Tais ações reforçam que, embora os investimentos ainda sejam insuficientes frente às demandas estruturais da educação pública, iniciativas como o Cantinho da Leitura representam avanços importantes na ampliação do acesso a recursos lúdicos e no fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Conclui-se que há interdependência entre infraestrutura, investimentos públicos e qualidade pedagógica. Garantir espaços adequados significa criar condições concretas para que os direitos de aprendizagem previstos na BNCC sejam efetivamente assegurados. Por fim, observa-se que existe uma relação de interdependência entre financiamento público, infraestrutura escolar e qualidade do ensino. A efetividade das políticas educacionais depende não apenas da ampliação do acesso à escola, mas também da garantia de condições estruturais adequadas que possibilitem o desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas e a permanência dos alunos no ambiente escolar.

3.4 A interdependência entre a infraestrutura escolar, os recursos lúdicos, os recursos públicos e os processos pedagógicos no desenvolvimento da aprendizagem

A garantia de infraestrutura adequada nas instituições educacionais está diretamente relacionada à disponibilidade de recursos pedagógicos e lúdicos utilizados no processo de ensino e aprendizagem, especialmente nas etapas iniciais da escolarização. Documentos orientadores da política educacional brasileira, como os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil - PNQEI, destacam que os espaços físicos das instituições educativas devem favorecer o desenvolvimento integral das crianças, assegurando ambientes seguros, acessíveis, estimulantes e equipados com materiais pedagógicos diversificados.

Ainda de acordo com o documento, os espaços escolares devem ser planejados de modo a possibilitar experiências educativas que estimulem a interação, a exploração e o brincar, reconhecendo o caráter fundamental das atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, orienta-se que as instituições de ensino garantam ambientes que disponham de brinquedos, materiais pedagógicos, livros e espaços adequados para brincadeiras, considerando que tais recursos contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças (Brasil, 2006).

Assim, os Parâmetros Nacionais de Qualidade destacam que os espaços físicos das instituições de educação infantil devem ser organizados de forma a favorecer a interação, o brincar e a exploração do ambiente pelas crianças. Para isso, é necessário que as instituições disponham de ambientes adequados, seguros e estimulantes, bem como de materiais diversificados que possibilitem diferentes experiências educativas. A qualidade desses espaços está diretamente relacionada às condições de infraestrutura e aos investimentos públicos destinados à educação, uma vez que a ausência desses recursos compromete o desenvolvimento integral das crianças (Brasil, 2006).

Além disso, é importante considerar a transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que as crianças passam por mudanças significativas em suas rotinas e práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, a manutenção de ambientes acolhedores, estruturados e ricos em estímulos continua sendo essencial, uma vez que o brincar, ainda que ressignificado, permanece como elemento importante no processo de aprendizagem (Kishimoto, 2011b; Oliveira, 2010). Portanto, pensar a infraestrutura escolar nos anos iniciais. Portanto, pensar a infraestrutura escolar nos anos iniciais implica também garantir a continuidade de condições adequadas que favoreçam o desenvolvimento integral iniciado na Educação Infantil.

A presença de recursos lúdicos nas instituições educacionais depende, portanto, da existência de investimentos públicos capazes de garantir infraestrutura adequada e aquisição de materiais pedagógicos. Nesse contexto, as políticas educacionais desempenham papel fundamental na redução das desigualdades estruturais entre as instituições escolares.

Destarte, a ausência ou insuficiência de investimentos públicos voltados à infraestrutura escolar tende a restringir a oferta de recursos lúdicos e pedagógicos nas instituições educacionais, impactando diretamente a qualidade das experiências educativas proporcionadas às crianças. A disponibilidade desses recursos está relacionada não apenas à organização pedagógica da escola, mas também às políticas públicas e às decisões governamentais que determinam a alocação de recursos financeiros no sistema educacional.

Assim, compreender a influência da infraestrutura e dos investimentos públicos na disponibilidade de recursos lúdicos implica reconhecer que a qualidade da educação depende de condições materiais concretas. Ambientes escolares adequados, equipados e planejados

pedagogicamente favorecem a implementação de práticas educativas mais significativas, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a efetivação do direito à educação de qualidade.

Os investimentos públicos em educação desempenham papel decisivo na garantia de condições adequadas de infraestrutura escolar, sendo fundamentais para a promoção da qualidade do ensino e da equidade educacional. No contexto brasileiro, historicamente marcado por desigualdades regionais e sociais, a alocação de recursos financeiros evidencia desafios relacionados tanto ao volume quanto à distribuição desses investimentos. Conforme argumenta Davies (2004), o financiamento da educação pública no Brasil apresenta limitações estruturais que impactam diretamente a capacidade das redes de ensino em oferecer condições mínimas de funcionamento, incluindo infraestrutura física adequada e recursos pedagógicos suficientes.

Nesse sentido, políticas educacionais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) representam avanços importantes na tentativa de reduzir desigualdades e garantir maior equidade na distribuição de recursos. No entanto, conforme analisam Farenzena (2010) e Araújo (2013), ainda persistem desafios relacionados à insuficiência dos investimentos e à eficiência na aplicação dos recursos, o que compromete a efetividade das políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar.

Sob esse viés, Cury (2002) destaca que a garantia do direito à educação implica não apenas o acesso à escola, mas também a oferta de condições adequadas para a permanência e o sucesso escolar, o que inclui necessariamente a qualidade da infraestrutura. Para o autor, o Estado tem a responsabilidade de assegurar padrões mínimos de qualidade, conforme previsto na legislação educacional brasileira, o que requer investimentos contínuos e políticas públicas consistentes.

De acordo com Campos (2010), a melhoria da infraestrutura escolar está diretamente relacionada à implementação de políticas educacionais eficazes, que considerem as especificidades das diferentes etapas da educação básica. A autora enfatiza que ambientes escolares adequados são essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente na infância, fase em que as condições físicas e materiais influenciam significativamente o processo de aprendizagem.

Ademais, estudos de Pinto (2014) evidenciam que a ampliação dos investimentos em educação deve estar acompanhada de mecanismos de controle social e gestão eficiente dos recursos, a fim de garantir que os investimentos resultem efetivamente em melhorias na infraestrutura das escolas públicas. Nesse contexto, a transparência e a participação social tornam-se elementos fundamentais para o fortalecimento das políticas educacionais.

Dessa forma, compreende-se que os investimentos públicos, quando articulados a políticas educacionais bem estruturadas e mecanismos eficazes de gestão, constituem elementos essenciais para a superação das desigualdades infraestruturais e para a promoção de uma educação de qualidade. Contudo, a persistência de limitações estruturais evidencia a necessidade de maior comprometimento do Estado na ampliação e qualificação dos recursos destinados à educação básica, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo teve como foco analisar a relação entre a infraestrutura escolar, a disponibilidade de recursos pedagógicos e o processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando especialmente as consequências da carência de condições estruturais adequadas para o bem-estar e a permanência dos estudantes. Partindo do tema "Além das quatro paredes: consequências da carência de infraestrutura básica para o bem-estar e permanência escolar nos anos iniciais", buscou-se compreender, com base na literatura acadêmica e em documentos normativos, de que maneira a ausência ou insuficiência de recursos pedagógicos, decorrente da precariedade da infraestrutura escolar, influencia o processo de ensino e aprendizagem.

Os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica indicam que a infraestrutura escolar constitui um elemento essencial para a qualidade da educação. A literatura analisada aponta que ambientes adequados, equipados e organizados pedagogicamente contribuem para o desenvolvimento de práticas educativas mais dinâmicas, possibilitando maior participação dos estudantes e favorecendo a construção do conhecimento. Em contrapartida, a precariedade estrutural, evidenciada em diversas escolas públicas brasileiras, limita o acesso a recursos didáticos e lúdicos, dificulta a implementação de metodologias diversificadas e impacta diretamente o desempenho e a permanência dos alunos no ambiente escolar.

Nesse sentido, os estudos analisados e os dados apresentados por órgãos oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), evidenciam que ainda existem desigualdades significativas nas condições estruturais das escolas públicas brasileiras. A ausência de bibliotecas, espaços adequados para atividades lúdicas, acesso à internet e outros recursos pedagógicos demonstra que, embora haja avanços nas políticas educacionais, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados para garantir condições efetivas de aprendizagem.

Nesse contexto, é possível perceber uma forte relação entre os achados da pesquisa e o que defende Libâneo (2013), ao destacar que a qualidade do ensino depende diretamente das condições concretas em que o trabalho pedagógico é realizado. Quando faltam recursos, espaços adequados ou materiais didáticos, o professor encontra dificuldades para diversificar suas práticas e o ensino tende a se tornar mais limitado, impactando diretamente o desenvolvimento dos alunos.

Além disso, a análise também dialoga com o pensamento de Saviani (2008), que compreende a escola como um espaço fundamental para a socialização do conhecimento. No

entanto, quando a infraestrutura é precária, essa função acaba sendo comprometida, pois os alunos não têm acesso às condições necessárias para uma aprendizagem efetiva. Isso evidencia que a desigualdade educacional não se restringe ao conteúdo ensinado, mas manifesta-se também nas condições em que esse ensino ocorre.

Outro ponto importante diz respeito ao impacto da infraestrutura no bem-estar dos estudantes. Ambientes desconfortáveis, inseguros ou pouco estimulantes acabam gerando desmotivação e dificultando o envolvimento dos alunos com as atividades escolares. Como destaca Freitas (2014), pensar a qualidade da educação exige olhar para além dos resultados e considerar as condições reais em que os estudantes estão inseridos.

A análise também evidencia que essas dificuldades não ocorrem de forma igual em todo o país. Estudos como os de Alves e Soares (2013) mostram que regiões mais vulneráveis enfrentam maiores problemas estruturais, o que reforça ainda mais as desigualdades educacionais. Isso demonstra que a questão da infraestrutura não é apenas pedagógica, mas também social, exigindo políticas públicas mais justas e eficientes.

Assim, ao considerar os investimentos públicos e as políticas educacionais, percebe-se que, apesar dos avanços, ainda existem falhas na distribuição e na aplicação dos recursos. Autores como Davies (2004) e Pinto (2014) apontam que o financiamento da educação, muitas vezes, não é suficiente ou não é aplicado de forma eficaz, dificultando melhorias concretas nas escolas.

Portanto, fica evidente que a infraestrutura escolar precisa ser compreendida como parte essencial da qualidade da educação. Melhorar as condições físicas e materiais das escolas não é apenas uma questão estrutural, mas uma necessidade para garantir aprendizagem, bem-estar e permanência dos alunos, contribuindo, assim, para uma educação mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a relação entre a precariedade da infraestrutura escolar e suas implicações no processo de aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Buscou-se compreender de que forma a ausência ou insuficiência de recursos pedagógicos influencia o desenvolvimento educacional dos estudantes. A pesquisa confirmou que a carência de condições estruturais adequadas impacta diretamente o ensino-aprendizagem, comprometendo não apenas o desempenho escolar, mas também o bem-estar e a permanência dos alunos no ambiente educativo.

Os dados levantados evidenciaram que a infraestrutura escolar constitui um elemento essencial para a qualidade da educação. Observou-se que a ausência de espaços adequados, como bibliotecas, ambientes de leitura e áreas destinadas a atividades lúdicas, limita a atuação pedagógica e dificulta a implementação de metodologias mais interativas e significativas. Além disso, verificou-se que há uma relação direta entre os investimentos públicos e a oferta de recursos pedagógicos, sendo que escolas com melhores condições estruturais apresentam maior possibilidade de desenvolvimento de práticas educativas diversificadas e alinhadas às diretrizes educacionais.

Os resultados corroboram a compreensão de que a qualidade da educação está intrinsecamente ligada às condições materiais de funcionamento das escolas, confirmando a relevância da infraestrutura como dimensão fundamental das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, o estudo contribui ao evidenciar que garantir espaços adequados, recursos lúdicos e materiais pedagógicos não é apenas uma questão estrutural, mas um requisito essencial para a efetivação do direito à aprendizagem e para a promoção de uma educação mais equitativa. Assim, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos e de políticas públicas eficazes que assegurem melhores condições às escolas públicas, especialmente nos anos iniciais.

Apesar das contribuições, o estudo apresentou como limitação o fato de se basear exclusivamente em revisão bibliográfica, não contemplando dados empíricos de contextos específicos. Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras realizem investigações de campo em diferentes realidades escolares, a fim de aprofundar a compreensão sobre os impactos da infraestrutura na aprendizagem e na permanência dos estudantes. Recomenda-se, ainda, a ampliação de estudos que analisem a relação entre financiamento educacional, gestão escolar e práticas pedagógicas, contribuindo para o fortalecimento das discussões sobre qualidade e equidade na Educação Básica brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. **Efeito-escola e fatores associados ao desempenho dos alunos: um estudo com dados do SAEB**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 705-727, 2013.

ARAÚJO, Luiz. **Financiamento da educação básica no Brasil: avanços e desafios.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 29, n. 2, p. 239-257, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. Disponível em: Ministério da Educação. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo Escolar da Educação Básica 2025. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL**.** Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: Planalto. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):** orientações operacionais. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: Ministério da Educação. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 22, de 24 de outubro de 2023**. Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência de recursos do PDDE Cantinho da Leitura. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em: FNDE. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: Ministério da Educação. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação**. Estratégia Nacional de Escolas Conectadas: ampliação do acesso à internet nas escolas públicas**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Escolas Conectadas prevê investimento de R$ 3 bilhões para ampliar acesso à internet nas escolas públicas. Brasília:** MEC, 2023.

Disponível em: https://www.gov.br/mec. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Investimentos em creches e pré-escolas somam R$ 7,3 bilhões para ampliação de vagas na educação infantil.** Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036. Brasília: Presidência da República, 2026. Acesso em: 09 jun. 2026
CAMPOS, Maria Malta. **Educação infantil e políticas públicas: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRAHAY, Marcel. **Pode a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?** Campinas: Autores Associados, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921–946, out. 2007.

FARENZENA, Nalú. **Políticas de financiamento da educação básica no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

FRANCO, Creso; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intraescolares".** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 277–298, abr./jun. 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desqualificação do público à privatização do ensino**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1104, 2014.

GARCIA, Paulo Sérgio. **Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137-159, set.dez. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011b.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Heccus, 2012.

MACHADO, D. C. O.; BARBETTA, P. A. **Escala para medir o nível de aparelhamento das escolas. In: REUNIÃO DA ABAVE, 8., Florianópolis. Anais[...]. Brasília, DF: Associação Brasileira de Avaliação Educacional,** 2015. p. 43-56.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes**, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5–23, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação básica no Brasil: limites e possibilidades**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 829-844, 2014.

SAVIANI, **Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES NETO, Joaquim José et al. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

SOARES, José Francisco. **Qualidade da educação: conceitos e indicadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2009.

VASCONCELOS, J. C. et al. **Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2021.